



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

**Processo n.º:** 21.792/2015-e.

**Origem:** Banco de Brasília Crédito, Financiamento e Investimento S.A. – BRB-CFI.

**Assunto:** Representação.

**Ementa:** Representação n.º 12/2015-ML, versando acerca da ocorrência de possíveis irregularidades na contratação do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal pela BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (BRB-CFI ou Financeira BRB), mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c art. 13, inciso V, da Lei n.º 8.666/1993, para prestação de serviços jurídicos de defesa dos direitos de ex-diretores do Banco. Decisão n.º 3.318/2015: Conhecimento da exordial e abertura de prazo para oitiva dos envolvidos. Manifestação do BRB e da Contratada. Exame de mérito da Representação n.º 12/2015-ML, em cotejo com os esclarecimentos prestados pela Financeira BRB e pelo escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal. Decisão n.º 412/2016: Conhecimento dos esclarecimentos encaminhados, para, no mérito, considerar parcialmente procedente a Representação n.º 12/2015-ML, em face da ofensa nas contratações diretas aos ditames estatutários do BRB-CFI e da Decisão TCDF n.º 5.979/2014; determinação à jurisdição para adoção das medidas ao exato cumprimento da lei, abstendo-se de realizar novas contratações para promover a defesa de ex-dirigentes no bojo da Ação Penal n.º 0070229-14.2014.4.01.3400, com encaminhamento de cópia de processos administrativos ao TCDF; chamamento em audiência dos dirigentes do BRB-CFI signatários dos Contratos n.ºs 2015/002, 2015/003 e 2015/004, para apresentação de razões de justificativa; e ciência da decisão a ser adotada ao signatário da exordial, à jurisdição e ao escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal. Ingresso de pedidos de prorrogação de prazo formulados pelo Diretor-Presidente da BRB-CFI e pela Diretora de Gestão de Pessoas e Administração do BRB S.A. Despacho Singular n.º 194/2016-GCIM: Concessão da dilação de prazo. Despacho Singular n.º 257/2016: Concessão de prorrogação de prazo para o BRB-CFI dar efetivo cumprimento às determinações da Decisão n.º 412/2016. Despacho Singular n.º 301/2016-GCIM: Concessão de 30 (trinta) dias para o BRB CFI encaminhar as justificativas pertinentes ao deliberado no item III da Decisão n.º 412/2016. Despacho Singular n.º 364/2016-GCIM: prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, a contar de 11.07.2016, para que o BRB-CFI dê efetivo cumprimento às determinações insertas no item III, alínea “b” da Decisão n.º 412/2016. **Nesta fase:** Exame de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva pugna pela parcial procedência das justificativas encaminhadas pela subscritora dos ajustes, aplicando-lhe a sanção prevista no art. 57, incisos II e III da LC n.º 01/94, cumpridas as diligências insertas nas alíneas “a” e “c” da Decisão n.º 412/2016 e não atendida a diligência inserta no item III.b da aludida Decisão, reformulando a redação da referida diligência para fazer menção apenas ao Contrato n.º 2015/004, ciência da decisão aos interessados e retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Ministério Público aquiesce com os termos da instrução com adendo de propugnar pela conversão dos presentes autos em TCE e com alerta ao BRB/CFI que, antes de proceder à anulação do Contrato n.º 2015/004, oportunize manifestação dos escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal e do Sr. Laecio Barros Júnior. Voto divergente pelo sobrestamento do exame de mérito das justificativas encaminhadas



em face de superveniente publicação em periódico local nos dias 03.05.2017 e 04.05.2017 contendo extrato de declaração de propósito reportando intenção do Sr. Laécio Barros Júnior em exercer cargo de administração no Banco de Brasília S/A.. Audiência do ex-dirigente do BRB/CFI para obtenção de esclarecimentos adicionais acerca de sua situação junto à autoridade monetária brasileira, em face do eventual impacto na análise das justificativas em relação à análise expendida pelo corpo instrutivo e órgão ministerial no que alude ao Contrato n.º 2015/004.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação n.º 12/2015-ML (peça 3) e anexos (peças 4/19), formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTDF, da lavra do ilustre Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, versando acerca de possíveis irregularidades na contratação pela BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.<sup>1</sup> (BRB-CFI ou Financeira BRB), do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal para a prestação de serviços jurídicos, por inexistência de licitação.

Na Sessão Ordinária n.º 4.841, de 16.02.2016, esta Corte de Contas prolatou, por unanimidade, a **Decisão n.º 412/2016** (e-DOC 93503D29-e), com o seguinte teor:

*“ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos esclarecimentos encaminhados pelo escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal (e-DOC 9C7C6B0D-c) e pelo BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (e-DOC EE7227DB-c), em atenção ao item II da Decisão n.º 3.318/2015; b) da Informação n.º 188/2015 – 1ª DIACOMP/SEACOMP (e-DOC 6A8067CC-e); c) do Parecer n.º 1.120/2015-ML (e-DOC FCD37DEA-e); II – **considerar, no mérito, parcialmente procedente a Representação n.º 12/2015 – ML, em face dos Contratos nºs 2015/002, 2015/003 e 2015/004 inobservarem os liames expressos na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social da jurisdicionada cominada com a determinação constante do item V, alínea “b”, subitem “i”, da Decisão n.º 5.979/2014** ; III – determinar à BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. que: a) abstenha de realizar novas contratações objetivando assistir judicialmente quaisquer dos réus indiciados no bojo da Ação Penal n.º 0070229-14.2014.4.01.3400; b) com fundamento no caput do art. 45, c/c o inciso X do art. 1º ambos da Lei Complementar n.º 1/1994, adote as medidas ao exato cumprimento da Lei em relação aos Contratos n.os 2015/002, 2015/003 e 2015/004, celebrados com o escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, tendo por objeto a defesa jurídica dos denunciados na Ação Penal n.º 0070229-14.2014.4.01.3400, em face de inobservância aos liames indicados na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social cominada com a determinação constante do item V, alínea “b”, subitem “i” da Decisão n.º*

---

<sup>1</sup> Sociedade subsidiária integral do BRB – Banco de Brasília S.A.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*5.979/2014, informando ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias as medidas implementadas c) encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia de todos os processos administrativos que versem acerca de contratações tendo por objeto a defesa jurídica dos denunciados na Ação Penal n.º 0070229-14.2014.4.01.3400, à exceção dos Processos n.ºs 041.000.407/2015 e 041.000.425/2015, que já constam anexos aos autos em exame; IV – em consequência do item II retro, com fundamento no art. 43, inciso II, da LC n.º 01/1994, determinar o chamamento em audiência dos dirigentes da BRB-CFI, signatários dos Contratos n.ºs 2015/002, 2015/003 e 2015/004, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas razões de justificativa para as impropriedades verificadas nas contratações diretas realizadas que poderão vir a ensejar a aplicação de sanção na forma do art. 57, incisos II e III da LC n.º 01/1994, bem como a adoção da medida prevista no art. 46 da LC n.º 01/1994; V – dar ciência desta decisão aos interessados (representante do Parquet especial, jurisdicionada e escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal); VI – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. para subsídio no cumprimento das diligências insertas no item III e IV; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento/TCDF, para os devidos fins.” (grifos acrescidos)*

Após dois pedidos de prorrogação de prazo (peças 48 e 56), atendidos por meio dos Despachos Singulares n.ºs 194 e 257/16 – GCIM (peças 51 e 58), a BRB-CFI encaminhou, tempestivamente, o Ofício BRB-CFI – 2016/116 (peça 62) e anexos (peça 63), buscando atender as diligências impostas pelos itens “III.a” e “III.c” do *decisum*.

Quanto ao item “III.b”, foi protocolado, de forma tempestiva, o Ofício BRB-CFI – 2016/175 (peça 73), após o deferimento por meio dos Despachos Singulares n.ºs 301 e 364/16 – GCIM, (peças 65 e 70) de novos pedidos de dilação de prazo constantes dos Ofícios BRB-CFI 116/2016 (peça 62) e 140/2016 (peça 68).

Por meio do expediente de Comunicação de Audiência n.º 40/2016 – SS (peça 46), a Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz foi chamada em audiência para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar razões de justificativa quanto às irregularidades apontadas no item II da Decisão n.º 412/2016.

No dia 29.03.2016, a citada senhora requereu prorrogação do prazo inicialmente concedido (peça 49), deferido nos termos do Despacho Singular n.º 194/16 – GCIM (peça 51), tendo a requerente sido cientificada da concessão em 11.04.2016 por meio do Ofício n.º 3060/2016-GP (peça 55). Em 11.05.2016, as razões de justificativa foram apresentadas tempestivamente ao Tribunal (peça 60).

Assim, esta fase processual, trata da verificação do cumprimento da diligência constante do item III da Decisão supracitada, bem como do exame das razões de justificativas apresentadas.



## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, nos termos da Informação n.º 38/2017-1ª Diacomp/Seacomp (e-DOC FE5D7DD7-e), após sintetizar o feito, assim se manifestou:

### **DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA DA SRA. CRISTIANE MARIA LIMA BUKOWITZ**

9. Segundo o item IV da Decisão nº 412/2016, a Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, signatária dos Contratos nºs 2015/002, 2015/003 e 2015/004, foi chamada em audiência em virtude das impropriedades verificadas nas contratações diretas realizadas, em desrespeito ao estabelecido na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social da jurisdição cominada com a determinação constante do item V, alínea "b", subitem "i", da Decisão n.º 5.979/2014.

10. Por meio do documento de peça 60, a indigitada senhora apresentou razões de justificativa na seguinte linha:

- Da previsão estatutária
  - a) O art. 38 do estatuto social da BRB/CFI prevê, em consonância com o estabelecido no art. 77 do estatuto social do BRB, a possibilidade de a defesa dos administradores da companhia ser promovida diretamente por advogados do BRB, controlador, ou por profissionais do mercado, assim dispondo:

Art. 38 - Fica assegurada, na forma definida pela Assembleia Geral, aos integrantes e ex-dirigentes da Assembleia Geral, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e a outros empregados ou prepostos que atuem por delegação expressa dos administradores, a defesa em processos judiciais ou administrativos contra eles instaurados, que tenham por objeto atos praticados no exercício do cargo ou função, desde que o ato impugnado tenha sido realizado com observância das normas internas ou regulamentares e fundamentado em parecer jurídico.

§ 1º - A garantia de defesa será assegurada mesmo após as pessoas referidas no caput deste artigo terem, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função e ainda nos casos de alienação de controle acionário ou incorporação por outra sociedade.

§ 2º - A defesa a que se refere o caput desse artigo poderá ser exercida por advogados integrantes do corpo funcional do BANCO BRB ou por profissional contratado na forma da Lei.

§ 3º - A BRB-CFI arcará com os honorários advocatícios e todas as despesas judiciais e administrativas decorrentes dos processos administrativos ou judiciais eventualmente instaurados contra as pessoas referidas no caput.

§ 4º - Os agentes que forem condenados, com sentenças transitadas em julgado, poderão ser chamados a ressarcir a BRB - CFI os valores efetivamente desembolsados, desde que o BANCO BRB comprove a manifesta má-fé dos agentes na realização e na execução do ato impugnado.

§ 5º - Após o trânsito em julgado da decisão poderá ser instaurado, pelo BANCO BRB, processo administrativo para apurar a eventual má-fé do agente, no qual deverá ser observado o direito ao contraditório e o pleno exercício do amplo direito de defesa, constitucionalmente garantidos, bem como a produção de todos os meios de prova em direito admitido, sob pena de nulidade absoluta do processo.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

- *Da solicitação de defesa*
  - a) *Segundo o § 2º do art. 38, há duas formas de se promover a defesa judicial: por intermédio de advogado do quadro do BRB ou por profissional contratado na forma da lei;*
  - b) *Com base na disposição estatutária, os ex-diretores da BRB/CFI solicitaram que fosse promovida a contratação de escritório especializado na área criminal para defesa em ação penal promovida pelo Ministério Público Federal;*
  - c) *Os solicitantes estavam contemplados no rol dos administradores (ex-dirigentes) mencionados no art. 38 – primeiro requisito para atendimento ao pleito;*
  - d) *Considerando que o estatuto previu duas possibilidades de execução da defesa, a escolha passou a ser ato discricionário dos contratantes, com respaldo nos parágrafos do art. 38.*
- *Da contratação de escritório especializado*
  - a) *Diante da constatação de que havia respaldo para a atendimento do pleito dos ex-dirigentes em razão da previsão estatutária, passou-se para a segunda etapa que seria a forma como se dariam as defesas em processos judiciais contra eles instaurados (defesa feita por advogado do quadro próprio do BRB ou contratação de profissional na forma da lei, sendo que, se terceirizado, a BRB/CFI arcaria com os custos dessa contratação);*
  - b) *A BRB/CFI fez consulta prévia à Consultoria Jurídica do BRB - Cojur, sendo que "foi informado que não seria possível o patrocínio da causa pela Consultoria Jurídica do BRB, por não possuir Advogados, em seu quadro, especializados em direito penal e processo penal, sobretudo em crimes contra a sistema financeiro, coma exige a caso em tela", como informa a Nota Executiva Financeira BRB/DIFAD/SUFAD/GERGE-2015/058, de 05.06.2015;*
  - c) *Pelo motivo destacado no item anterior, passou-se à contratação de serviços de terceiros no mercado, na forma da lei.*
- *Da contratação direta sem licitação*
  - a) *A contratação teve início com a elaboração de projeto básico, no qual a BRB/CFI assevera que "com o auxílio técnico da consultoria Jurídica do BRB - Cojur, formalizou proposta de contratação de escritório especializado em direito penal e com notória experiência em crimes contra o sistema financeiro nacional";*
  - b) *Consultados os profissionais especialistas, as propostas de honorários foram obtidas para compor os autos e fundamentar a escolha do futuro contratado e o preço dessa contratação, em consonância com a Lei de Licitações;*
  - c) *Por se tratar de serviço técnico profissional contemplado no inciso V do art. 13º da Lei de Licitações e Contratos – LLC, entendeu-se que seria possível a sua combinação com o art. 25, inciso II³, da mesma lei para se promover a contratação direta dos serviços advocatícios por inexigibilidade de licitação;*
  - d) *Os argumentos acerca da singularidade do serviço foram acolhidos pelo TCDF, conforme voto condutor da Decisão nº 412/2016.*

<sup>2</sup> "Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: [...] V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;"

<sup>3</sup> "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: [...] II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

e-DOC 627C0257-e  
Proc 21792/2015-e

- *Do preço da contratação*
  - a) *Quanto à justificativa do preço da futura contratação, torna-se indispensável a demonstração pela Administração do cumprimento do disposto no art. 26, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;*
  - b) *Nesse sentido, argumenta que os preços das contratações estão devidamente justificados nos autos dos processos administrativos;*
  - c) *Foram feitas pesquisas de preços junto a três escritórios de advocacia especializados, visando à obtenção do valor praticado pelo mercado e à subsidiar a escolha da proposta mais vantajosa, como prega a Lei de Licitações e Contratos;*
  - d) *Observa-se nos processos de contratação, utilizando-se como referência o processo 041.000.384/2015, a Nota Executiva Financeira BRB/DIFAD/SUFAD/GERGE-2015/053, de 22.05.2015, que informa que foram consultados 7 (sete) escritórios especializados (fls. 49/54 – peça 60). Desses, 5 (cinco) apresentaram proposta comercial:*
    - d.1) Araújo Pinheiro Advocacia Criminal: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), sendo R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) de honorários iniciais e outros R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) de honorários de bonificação, ou seja, de êxito, “caso o escritório consiga a absolvição integral” do defendido (fls. 55/60 – peça 60);*
    - d.2) Smaniotto, Cury, Castro & Barros Advogados: R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), sendo R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), a título de pro labore, e R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) ad exitum (fls. 61/71 – peça 60);*
    - d.3) Maiheiros Filho, Maggiolaro e Prado Advogados: R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais) (fls. 72/76 – peça 60);*
    - d.4) Escrito José Geraldo Grossi de Advocacia: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) (fls. 77/81 – peça 60);*
    - d.5) Castelo Branco Advogados Associados: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) (fls. 82/88 – peça 60).*
  - e) *Esses valores são relativos à defesa de cada um dos ex-dirigentes da BRB/CFI. Cada contratação ocorreu em autos separados e distintos;*
  - f) *A proposta do profissional contratado é a de menor valor, ficando, portanto, justificado o preço da contratação;*
  - g) *Quanto ao atendimento do inciso II do art. 26 da LLC, escolha do contratado, destacou: “Inegável que, como já asseverado, advogado é selecionado em razão de sua habilidade pessoal, de sua reputação, do seu desempenho anterior e de outras características que se configuram como subjetivas em relação à pessoa do profissional (características relativas à personalidade e à figura pública do profissional contratado), não comportando um julgamento aritmético, preciso e exato, e sim um juízo de ponderação e conveniência promovido pelo interessado em contratar um advogado” (fl. 21 – peça 60);*
  - h) *O fator preço foi preponderante na escolha do escritório/profissional contratado, pois esse elemento deve sempre ser observado nas contratações públicas, já que integra o conceito de proposta mais vantajosa para a administração;*
  - i) *Portanto, além de devidamente justificada a situação de singularidade do objeto, que evidencia a inexigibilidade de licitação, enquadrada no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso V, já reconhecido na Decisão nº 412/2016, tem-se plenamente atendido o disposto no art. 26, incisos II e III, da Lei de Licitações*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*nos processos de contratação da defesa dos ex-dirigentes por inexigibilidade de licitação;*

- j) *Quanto a alegação de ausência de planilha de preços, ela não procede, uma vez que na contratação em comento essa hipótese não se aplica:*

*Quanto a alegada violação da economicidade por ausência de planilha de preços indicando custos unitários, cabe destacar que esta somente se dará quando for possível a elaboração dos custos unitários. Assim é a jurisprudência do TCU: "nos casos de contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação para serviços complexos, compostos por itens diversos, instrua, sempre que possível, os respectivos processos com a planilha de custos dos itens unitários, nos moldes do disposto no art. 7º, § 2º, inciso II e § 9º do mesmo artigo, todos da Lei 8. 666/93 (...)". Acórdão nº 690/2012-Segunda Câmara, TC 011.420/2007-0, rel. Min. Ana Arraes, 7.2.2012.*

*Ademais leciona no mesmo sentido o professor Marçal Justen Filho, sobre a previsão dos custos unitários:*

*"A regra do inc. II do § 2º não poderá ser cumprida rigorosamente, em todos os casos. Determina a obrigatoriedade de previsão detalhada das despesas, através de planilhas que indiquem os custos unitários. Ora, a Administração não deterá condições, muitas vezes, de promover a apuração desses montantes. Como não atua empresarialmente em certos setores, a Administração não disporá de elementos para fixar o orçamento detalhado."*

- *Da não ocorrência de pagamento adiantado*
  - a) *Não procede a alegação de que ocorreu pagamento antecipado, o que é vedado por lei;*
  - b) *Os documentos dos autos - proposta comercial, contrato, serviços relativos ao peticionamento de defesa e nota fiscal – mostram que o pagamento da primeira parcela somente ocorreu após a efetiva prestação dos serviços;*
  - c) *A petição de "resposta preliminar" elaborada pelo profissional contratado foi protocolada em 02.06.2015, como mostra o documento de fls. 189 do processo administrativo 041.000.384/2015 (fls. 89/113 – peça 60). O mesmo ocorreu nos outros dois processos de contratação;*
  - d) *Por sua vez, depois de demonstrada a prestação dos serviços, foi apresentada a nota fiscal relativa aos mesmos, de 08.06.2015 (fl. 114 – peça 60), juntamente com a documentação de regularidade;*
  - e) *Somente após esse procedimento é que a BRB/CFI realizou o pagamento ao contratado, em 23.06.2015, conforme fls. 217 do processo 041.000.384/2015 (fl. 115 – peça 60).*
- *Da observância do art. 38 do estatuto social*
  - a) *Não merece prosperar a tese de que nas contratações dos serviços advocatícios não foi observada a parte final do caput do art. 38 do estatuto social da BRB/CFI, conforme itens a seguir:*
    - *Da apuração inicial feita pela auditoria do BRB*
      - a) *Em trabalho de auditoria interna realizado em 2010 foram identificados diversos defeitos gerados pelos descumprimentos de normas internas do BRB, acionista controlador da BRB/CFI, que abrangeram as operações de crédito feitas, notadamente a política geral de crédito;*
      - b) *Em decorrência, foi determinada a instauração de uma comissão especial de sindicância com a finalidade de apurar eventuais*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

- prejuízos arcados pela BRB/CFI em face de irregularidades relacionadas às operações das cooperativas de transportes públicos e seus cooperados (fls. 116/564 – peça 60);*
- c) Ao final dos trabalhos, em seu relatório final, a comissão de sindicância concluiu: “os responsáveis Srs. Sergio Faria da Fonseca, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo Franca do Amaral Soares, concorreram para o dano aos cofres públicos desta Instituição Financeira, na medida em que assumiram o risco do insucesso da operação, ao deferi-la. Para além da prática de ato de gestão lesivo e anti-econômico, a hipótese dos autos evidencia, ao menos, imprudência no trato de recursos públicos, com violação de princípios gerais que norteiam a atividade bancária” (fls. 351/371 do processo 359/2011)<sup>4</sup>;*
- d) Em razão disso, recomendaram a instauração de processo de tomada de contas especial contra os referidos ex-dirigentes da BRB/CFI;*
- e) Nos documentos (relatório de auditoria e relatório da comissão de sindicância) não ocorreu a responsabilização e sequer referências aos ex-dirigentes que estão sendo defendidos em decorrência dos contratos ora questionados: André Luiz de Mello Perezino, Ciro Pitanguiera de Avelino e Laécio Barros Junior.*
- *Dos processos de tomada de contas especial*
    - a) Seguindo a tramitação interna, em decorrência da conclusão do processo de sindicância, foram instaurados dois processos de tomada de contas especial: 041.000.833/2011 e 041.000.068/2013<sup>5</sup>, ambos em desfavor dos ex-diretores Sérgio Faria da Fonseca, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral Soares;*
    - b) Ao final dos dois processos de TCE, as comissões concluíram seus relatórios no mesmo sentido de atribuir responsabilidade exclusiva aos mencionados ex-diretores da BRB/CFI, conforme se depreende dos relatórios acostados às fls. 565/605 – peça 60.*
  - *Da deficiência de normativos e as medidas adotadas para evitar repetição dos fatos*
    - a) Após e em razão dos acontecimentos relacionados aos créditos às cooperativas e aos cooperados, foram adotadas providências pela administração da BRB/CFI, inclusive por iniciativa e determinação da justificante, no que concerne à alteração total do modelo de negócio, com agregação de normativos e controles internos, devidamente aprovados pelas instâncias competentes dentro da empresa e do acionista controlador BRB (fls. 608/609 – peça 60).*
  - *Da possível contradição com a determinação constante da Decisão nº 5.979/2014*
    - a) Depreende-se das informações constantes do documento de fls. 642/660 – peça 60 que o Banco e a BRB/CFI adotaram as medidas cabíveis e necessárias para o cumprimento da decisão, demonstrando que houve o ajuizamento de ações contra os devedores (cooperativas e cooperados) e, em relação aos administradores, optou-se por instaurar tomada de contas especial;*

<sup>4</sup> “e) No relatório final da comissão especial de sindicância, estão expostos os fundamentos que levaram a conclusão pela responsabilização desses três ex-dirigentes da BRB/CFI: violação aos princípios da seletividade, garantia de liquidez e diversificação de riscos, previstos na Resolução 1.559, XI, com redação dada pela Resolução 3.258, Banco Central do Brasil; violação ao artigo 20 do estatuto social da BRB/CFI, a qual determina que as decisões da Diretoria Colegiada devem ser tomadas por consenso entre seus membros; omissão na criação de normativos para regular as concessões de empréstimo; liberação de valores superiores aos aprovados em Diretoria Colegiada; ausência de análise técnica para concessão de empréstimos.”

<sup>5</sup> Referidas TCEs encontram-se em tramitação no âmbito TCDF (Processos n.ºs 7.022/2012 e 24555/2013).





- b) Somente os ex-dirigentes Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral foram tidos como os responsáveis pelas operações que trouxeram prejuízo à BRB/CFI. Esse posicionamento se deu em decorrência da apuração interna feita pelo departamento de auditoria do BRB, confirmado pela comissão de sindicância, que subsidiou a instauração dos processos de TCE retrocitados.
- Da possível inobservância da parte final do art. 38 do estatuto social da BRB/CFI
- a) Os fatos e argumentos apresentados atestam categoricamente a responsabilização dos ex-dirigentes da BRB/CFI Sérgio Faria Lemos da Fonseca Junior, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral, bem como justificam a decisão do BRB de não atendimento ao pleito desses ex-dirigentes;
- b) No âmbito do Banco Central do Brasil – Bacen, nos termos do Parecer Desup/GTHO/Cosup-02-2011/0001, de 16.03.2011, foi instaurado processo administrativo envolvendo a BRB/CFI e seus administradores e ex-administradores (Sérgio Faria Lemos da Fonseca Junior, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral, André Luiz de Mello Perezino, Laécio Barros Júnior e Cristiane Maria Lima Bukowitz), em decorrência de irregularidades (fls. 661/742 – peça 60);
- c) Em face das impropriedades descritas no citado parecer, tanto a BRB/CFI quanto seus diretores e ex-diretores foram intimados a apresentar defesa;
- d) Por meio da Decisão 1705/2012-DIORF, de 12.11.2012, o Banco Central concluiu pela não responsabilização da justificante, nos seguintes termos (fl. 742 – peça 60):
- 58.14 Por outro lado, a Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, diretora-presidente de 6.9.2010 a 10.1.2011 (fl. 2.874), tomou posse poucos dias antes do provisionamento insuficiente realizado em setembro de 2010, o que não é o bastante para sua responsabilização em relação à irregularidade “c”.
- (...)
- ARQUIVAR o processo administrativo para a Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, tendo em vista as razões constantes do item 58.14, recorrendo de ofício ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.
- e) Todos os demais administradores e ex-administradores foram apenados por aquela autarquia;
- f) Em sede de recurso administrativo, o CRFSN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional decidiu por “**c) prover integralmente o apelo trazido por c.1) ANDRÉ LUIZ DE MELLO PEREZINO, convolvando em arquivamento o afastamento do mercado pelo prazo de 1 (um) ano infligido pelo Banco Central; e ainda, d) desprover o recurso de ofício formulado, confirmando-se o arquivamento do processo em relação à recorrida d.1) CRISTIANE MARIA LIMA BUKOWITZ**” (fl 777 – peça 60, grifos nossos). Quanto aos demais ex-dirigentes, houve provimento parcial aos recursos, inclusive em relação ao ex-diretor Laécio Barros Junior, que teve sua penalidade convalidada em multa pecuniária;
- g) O ex-diretor Laécio Barros Junior foi processado no Bacen por participar da renegociação com as cooperativas e com os cooperados;
- h) Para a realização dessas renegociações, foram observados os normativos vigentes à época, sejam manuais do Banco e demais normativos que amparavam as decisões;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

- i) Então, apesar de denunciados, os ex-diretores André Luiz de Mello Perezino, Ciro de Avelino Pitangueira e Laécio Barros Junior, que estão sendo defendidos por advogado contratado pela BRB/CFI, não participaram da concessão dos créditos para as cooperativas e cooperados;
- j) O ex-diretor Ciro de Avelino Pitangueira não foi mencionado no relatório de auditoria interna, no processo de sindicância, nem na proposta de instauração de processo administrativo no Banco Central do Brasil ao tratar das concessões de crédito as cooperativas de transporte;
- k) Ciro de Avelino Pitangueira não integrava a diretoria da BRB/CFI por ocasião da concessão dos créditos às cooperativas. Apenas assinou uma carta da BRB/CFI ao Banco Central cujo objetivo era atender à requisição de documentos feita pelo Bacen (Carta Financeira BRB-20111107, de 03.03.2011);
- l) “[...] o MPF denunciou o ex-diretor Ciro, absurdamente, por assinar uma correspondência da BRB/CFI respondendo ao Banco Central do Brasil”;
- m) “Assim, inegável que, embora não possa ter surgido a dúvida, inexistindo justo motivo que desabone as condutas dos ex-dirigentes, há que se concluir que seus atos foram legítimos e amparados na legislação e normas vigentes, mesmo que desacompanhados ou amparados em parecer jurídico, atendendo, portanto, a parte final do dispositivo estatutário que prevê a assistência jurídica” (fl. 30 – peça 60).

11. Por fim, a justificante destaca que atuou nos processos de contratação dos serviços advocatícios para a defesa dos ex-dirigentes da BRB/CFI de maneira correta, embasada em pareceres administrativos e jurídicos.

**DOS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELA BRB-CFI**

12. Mediante o item III da Decisão nº 412/2016, foi determinado à Financeira BRB que:

- a) se abstivesse de realizar novas contratações objetivando assistir judicialmente quaisquer dos réus indiciados no bojo da Ação Penal nº 0070229-14.2014.4.01.3400;
- b) com fundamento no caput do art. 45, c/c o inciso X do art. 1º ambos da Lei Complementar nº 1/1994, adotasse as medidas ao exato cumprimento da Lei em relação aos Contratos nºs 2015/002, 2015/003 e 2015/004, celebrados com o escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, tendo por objeto a defesa jurídica dos denunciados na Ação Penal nº 0070229-14.2014.4.01.3400, em face de inobservância aos liames indicados na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social cominada com a determinação constante do item V, alínea “b”, subitem “i” da Decisão nº 5.979/2014, informando ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias as medidas implementadas;
- c) encaminhasse ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia de todos os processos administrativos que versem acerca de contratações tendo por objeto a defesa jurídica dos denunciados na Ação Penal nº 0070229-14.2014.4.01.3400, à exceção dos Processos nºs 041.000.407/2015 e 041.000.425/2015, que já constam anexos aos autos em exame;

13. Em relação à alínea “a”, por meio do Ofício BRB-CFI – 2016/116 (peça 62), a jurisdicionada informou que “se absterá de realizar novas contratações objetivando promover a defesa judicial de qualquer outro réu denunciado na ação penal nº 0070229-14.2014.4.01.3400”.



14. De forma a atender à alínea “c”, encaminhou mídia digital contendo cópia digitalizada do Processo nº 041.000.384/2015 e, em adição, dos de nºs 041.000.407/2015 e 041.000.425/2015, considerando que houve a inclusão de novas documentações nesses autos.

15. Em relação à alínea “b”, mediante o Ofício BRB-CFI – 2016/116, defendeu que o entendimento de inobservância da parte final do art. 38 do estatuto social deva ser reexaminado, face aos novos elementos trazidos pela BRB-CFI.

16. Alegou em síntese:

- Nas notas executivas que motivaram as contratações do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, os técnicos das áreas demandantes da BRB-CFI trataram dos aspectos inerentes à contratação direta sem licitação, devidamente subsidiados pelas manifestações da Consultoria Jurídica do BRB;
- No intuito de ampliar as evidências a respeito da parte final do artigo 38 em comento, consta de relatórios elaborados (RELATÓRIOS FINANCEIRA BRB DIFAD/SUFAD/GERGE - 2016/004, 2016/005 e 2016/006, de 06.05.16, constantes nos anexos 1, 2 e 3, respectivamente) informações complementares ao disposto naquelas notas executivas;
- Procedimentos internos conduzidos pela BRB-CFI (auditoria, sindicância administrativa e tomada de contas especial) apontaram como responsáveis somente os Srs. Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral;
- Foram adotadas providências pela administração da BRB-CFI para alteração do modelo de negócio, com agregação de normativos e controles internos, devidamente aprovados pelas instâncias competentes dentro da empresa e do acionista controlador BRB;
- O BRB passou a exercer controle mais efetivo sobre a gestão da BRB-CFI, por intermédio da participação nas decisões estratégicas, como a aprovação dos orçamentos, empresarial e público, e planejamento estratégico, que são apreciadas e aprovadas pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração do controlador BRB;
- Acerca da determinação constante do item V, alínea “b”, subitem “i” da Decisão TCDF nº 5.979/2014, o Banco e a BRB-CFI adotaram as medidas julgadas necessárias para o cumprimento da decisão, demonstrando que houve ajuizamento de ações somente contra os devedores (cooperativas e cooperados). Em relação aos administradores, optou-se por instaurar tomada de conta especial.

17. Ainda no tocante à alínea “b”, os Ofícios BRB-CFI 2016/140 e 175 noticiaram a ocorrência de fato superveniente capaz de alterar o deslinde da diligência imposta pelo item III.b da Decisão nº 412/2016. Trata-se da Decisão TCDF nº 3.173/2016 exarada no âmbito do Processo nº 24.555/2013, instaurado para apurar responsabilidades por prejuízos causados à BRB-CFI, em função de impropriedades praticadas na concessão das operações de crédito de CDC Veículos contraídos pelos cooperados das Cooperativas COOPATRAM e COOPERTRAM.

18. Destaca a jurisdicionada que o decisum de nº 3.173/2016 imputou responsabilidade aos ex-dirigentes Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral.



19. Em adição, o Ofício BRB-CFI 2016/175 trouxe uma síntese das razões de justificativas apresentadas pela Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz.

**DA ANÁLISE**

20. A Representação nº 12/2015-ML (peça 3), em síntese, apontou as seguintes impropriedades relacionadas à contratação do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal para a prestação de serviços jurídicos, por inexigibilidade de licitação:

- a) Não comprovação da excepcionalidade prevista no art. 25, inciso II e § 1º, da Lei de Licitações;
- b) Ausência de comprovação de que a opção contratada foi a economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, em afronta ao art. 26, parágrafo único, inciso II da Lei nº 8.666/1993;
- c) A justificativa de preço exigida pelo art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, não foi efetivamente demonstrada, uma vez que não foram detalhados, em planilha orçamentária, os cursos unitários de composição do preço da proposta ofertada pelo escritório de advocacia contratado, a teor do que exige o art. 7º, § 2º, inciso II, da LLC;
- d) Pagamento antecipado do serviço;
- e) Inobservância dos liames indicados na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social da BRB-CFI.

21. Após exame de mérito da exordial, o Tribunal entendeu pela procedência da irregularidade descrita no item “e” acima. Em razão disso, determinou, “em face dos Contratos nºs 2015/002, 2015/003 e 2015/004 inobservarem os liames expressos na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social da jurisdicionada cominada com a determinação constante do item V, alínea “b”, subitem “i”, da Decisão n.º 5.979/2014”:

- A audiência da Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, signatária dos referidos ajustes;
- Ao BRB-CFI, com fundamento no caput do art. 45, c/c o inciso X do art. 1º ambos da Lei Complementar n.º 1/1994, que adotasse as medidas ao exato cumprimento da Lei em relação aos contratos celebrados.

22. Preliminarmente, importa registrar que as razões de justificativas apresentadas pela Sra. Cristiane abordaram todos os pontos levantados pelo Parquet de Contas (§ 0).

23. Entretanto, a presente análise tratará do escopo delimitado pela Decisão nº 412/2016, qual seja: a inobservância dos liames indicados na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social da BRB-CFI cominada com a determinação constante do item V, alínea “b”, subitem “i”, da Decisão n.º 5.979/2014.

24. Quanto à diligência determinada no item III.b da Decisão nº 412/2016, destaca-se que devido à semelhança dos argumentos expostos, aplica-se à BRB-CFI a análise efetuada para a Sra. Cristiane Bukowitz nos §§ 0/39.

25. Em síntese, a justificante argumentou que nos procedimentos internos conduzidos pela BRB/CFI (auditoria, sindicância administrativa e tomada de contas especial) foram apontados como responsáveis somente os Srs. Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral. Por esse motivo, os indigitados senhores tiveram seus pleitos de defesa indeferidos.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

26. Relatou a instauração de processo administrativo no âmbito do Banco Central do Brasil envolvendo a BRB/CFI e seus administradores e ex-administradores (Sérgio Faria Lemos da Fonseca Junior, José Ernesto Duarte de Almeida, Marcelo França do Amaral, André Luiz de Mello Perezino, Laécio Barros Júnior e Cristiane Maria Lima Bukowitz).

27. Destacou que após o exercício da ampla defesa, o Bacen concluiu pela não responsabilização da justificante e pela apenação dos demais envolvidos.

28. Em sede de recurso administrativo, noticiou decisão do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRFSN<sup>6</sup> no seguinte sentido:

**b) dar provimento parcial aos apelos voluntários trazidos por b.1) JOSÉ ERNESTO DUARTE DE ALMEIDA, b.2) LAECIO BARROS JUNIOR, b.3) MARCELO FRANCA DO AMARAL SOARES e b.4) SERGIO FARIA LEMOS DA FONSECA JUNIOR, convolvendo-se, em pena de multa pecuniária individual, a decisão do órgão de primeiro grau, no sentido de lhes aplicar pena de inabilitação temporária para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil, da seguinte forma: de 4 (três) anos para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a b.4, de 8 (oito) anos para R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a b.2, de 10 (dez) anos para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a b.3 e de 11 (onze) anos para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a b.1; assim como, c) prover integralmente o apelo trazido por c.1) ANDRE LUIZ DE MELLO PEREZINO, convolvendo em arquivamento o afastamento do mercado pelo prazo de 1 (um) ano infligido pelo Banco Central; e ainda, d) desprover o recurso de ofício formulado, confirmando-se o arquivamento do processo em relação a recorrida d.1) CRISTIANE MARIA LIMA BUKOWITZ.**

(fl. 777 da peça 60)

29. A argumentação da Sra. Cristiane vai no sentido de que suas ações foram pautadas pela presunção de inocência dos ex-dirigentes, o que não se mostra válido para o caso do Sr. Laécio. Não há que se presumir a inocência diante de um conflito de interesses, considerando que as contratações tinham por finalidade promover a “defesa de agentes que, **potencialmente, cometeram irregularidades contra a própria entidade**”. Em processos administrativos, impõe-se a necessidade de os gestores demonstrarem que agiram corretamente, para que sejam

---

<sup>6</sup> Recurso 13586 - 1101506785 – “I - Recorrentes: BRB Crédito, Financiamento e Investimento S.A. - Recurso improvido – Multas pecuniárias (três) no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada uma, totalizando R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Base legal das penalidades: Lei nº 4.595/64, art. 44, § 2º; André Luiz de Mello Perezino - Recurso provido - Arquivamento; José Ernesto Duarte de Almeida, Laécio Barros Júnior, Marcelo França do Amaral Soares e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Junior - Recursos parcialmente providos - Multa pecuniária individual nos valores de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), respectivamente. Base legal das penalidades: Lei nº 4.595/64, art. 44, § 2º. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorrida: Cristiane Maria Lima Bukowitz - Recurso improvido - Arquivamento confirmado. Assunto: Deferimento e condução de operações de crédito em desacordo com os princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos - Infringência de normativos internos na concessão de operações de crédito, com prejuízo aos interesses da instituição financeira e comprometimento da efetividade dos controles internos - Classificação deficiente de risco de operações – Constituição de provisão para créditos de difícil liquidação em volume insuficiente para fazer face as perdas prováveis - Elaboração, publicação e remessa, à autoridade supervisora, de demonstrações financeiras que não refletiam a real situação econômico-financeira da instituição.” (Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 27, 9 fevereiro 2015, Seção I, p. 38)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

desonerados de responder por possíveis danos ao erário público. Nesse sentido, não logrou êxito o recurso administrativo interposto pelo Sr. Laécio junto ao Banco Central, uma vez que subsistiu a pretensão punitiva convalidada em pagamento de multa de valor individual expressivo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Essa sanção pecuniária atesta, **inequivocamente**, sua responsabilização frente às irregularidades constatadas pela autarquia federal. Em outras palavras, atesta que o indigitado senhor não pautou sua conduta dentro dos limites da juridicidade.

30. Há de se destacar que tal fato era de conhecimento da BRB-CFI, à época da contratação do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, e exprimi o não atendimento da disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social da jurisdicionada, motivo pelo qual o Contrato nº 2015/004 deva ser considerado irregular.

31. Noutro giro, em relação ao Sr. André Luiz de Mello Perezino, verifica-se que a Nota Executiva Financeira BRB/DIFAD/SUFAD/GERGE – 2015/053, trouxe a seguinte apuração acerca da sua responsabilização:

8.6 Quanto à citação do Sr. André Luiz de Mello Perezino no processo administrativo conduzido pelo Banco Central do Brasil, processo BCB n.º 1101506785, cuja ementa relativa a acusação contra o Sr. André foi a “Constituição de provisão para créditos de difícil liquidação em volume insuficiente para fazer face as perdas prováveis”, vale ressaltar que, por Sessão pública de julgamento realizada no dia 9 de dezembro de 2014, 374ª Sessão de Julgamento do CRSFN – Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, foi julgado o recurso dos envolvidos, n.º 12586, cuja decisão proferida por voto dos membros do conselho de recurso financeiro nacional proveu integralmente o apelo trazido por André Luiz de Mello Perezino, decidindo o arquivamento do processo, conforme exarado pelo Acórdão/CRSFN 11430/14, acostado ao anexo V desta Nota.

(fl. 11 do Processo nº 041.000.384/2015)

32. Entende-se que a decisão administrativa proferida em sede recursal pelo Banco Central, dando provimento integral ao apelo do Sr. André, constitui forte presunção capaz de demonstrar o atendimento ao dispositivo estatutário, o que justificaria a assinatura do Contrato nº 2015/002.

33. Seguindo essa linha de análise, a ausência de imputação de responsabilidade ao Sr. Ciro Pitangueira de Avelino, tanto no procedimento conduzido pelo Banco Central do Brasil quanto nos procedimentos internos (auditoria, sindicância administrativa e tomada de contas especial) conduzidos pela BRB/CFI, embasam a própria presunção hábil a justificar a contratação do escritório advocatício para sua defesa (ajuste nº 2015/003), nos termos do art. 38 do Estatuto Social da jurisdicionada.

34. Acerca da possível contradição com a determinação constante da Decisão nº 5.979/2014, cabe destacar a redação do dispositivo, verbis:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...]

V - determinar ao Banco de Brasília S/A – BRB que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, informações a respeito das medidas adotadas para atendimento das recomendações apresentadas pela Controladoria Geral da Secretaria de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*Transparência e Controle em relação aos seguintes achados da Nota Técnica nº 06/2012 – DIRFI/CONAE/CONT/STC: [...]*

*b) item 2 – Empréstimos irregulares às cooperativas permissionárias de transporte público do Distrito Federal:*

*i) orientar e determinar aos gestores da BRB/CFI acionar judicialmente em desfavor de seus ex-dirigentes para reparar os prejuízos, bem como adotar medidas perante a Justiça com o objetivo de decretar improbidade administrativa e/ou penalidades criminais;*

*35. Para responder a esse ponto, a justificante acostou cópia da resposta apresentada pelo Banco em atenção à deliberação do Tribunal.*

*36. Em síntese, o documento destacou que o Banco de Brasília e a BRB-CFI adotaram as medidas cabíveis e necessárias para o cumprimento da decisão, demonstrando que houve o ajuizamento de ações contra os devedores (cooperativas e cooperados) e, em relação aos ex-dirigentes, optou-se por instaurar tomada de conta especial.*

*O Banco Central do Brasil instaurou o processo administrativo Pt 1101506785 em face da BRB CFI e dos ex-dirigentes da instituição. Em 12/11/2012, o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional aplicou multa pecuniária aos ex-dirigentes José Ernesto Duarte de Almeida (cinquenta mil reais), Laécio Barros Junior (quarenta mil reais), Marcelo França do Amaral Soares (cinquenta mil reais) e Sergio Faria Lemos da Fonseca Junior (quinze mil reais). O processo foi arquivado em relação à ex-dirigente Cristiane Maria Lima Bukowitz e ao dirigente André Luiz de Mello Perezino.*

*Em relação à Tomada de Contas Especial relativa às operações de crédito com as cooperativas, cabe informar que os processos internos já foram encerrados, com o encaminhamento para a Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal. São os seguintes processos:*

*- 041.000.833/2011 - Volumes 1 a 5 e 12 anexos. Assunto: Tomada de Contas Especial para apuração de responsabilidades por prejuízos causados à BRB-CFI, em função de impropriedades praticadas na concessão das operações de crédito pessoal aos cooperados da Cooperativa de Trabalho do Transporte Autônomo de Passageiros Regular Ltda. - ALTERNATIVA e da Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia - COOPATRAM. Protocolado na STC em 05/12/2012.*

*- 041.000.241/2013 - Volumes 1 a 8. Assunto: Tomada de Contas Especial para apuração de responsabilidades por prejuízos arcados pela BRB-CFI, em face dos apontamentos consubstanciados na Carta Financeira BRB-2012/751, relativos às operações de CED Veículos contraídos pelas Cooperativas Coopatram e Coopertran quando da administração dos ex-Diretores Sergio Faria Lemos da Fonseca Junior, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral. Protocolado na STC em 17/02/2014.*

*37. Destaca-se que a Decisão nº 5.979/2014 foi exarada no âmbito do Processo nº 27.326/2011. Em face das informações lá prestadas pelo BRB S/A, considerou-se atendida a determinação estampada na*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

alínea “b” do item V, nos termos da Decisão nº 2.647/2016<sup>7</sup>, de 24.05.2016.

38. Portanto, em relação a esse ponto, pode-se considerar superada a discussão.

39. Retiramos, todavia, que o não atendimento da disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social (§§ 28/32) implica na nulidade do ajuste nº 2015/004, celebrado entre a Financeira BRB e o escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, tendo por objeto a defesa jurídica do Sr. Laécio Barros Júnior, denunciado na Ação Penal nº 0070229-14.2014.4.01.3400.

**DA CONCLUSÃO**

40. Ante a análise discorrida, concluímos pela procedência parcial das razões de justificativa trazidas aos autos pela Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz em relação às irregularidades apontadas no item II da Decisão nº 412/2016.

41. A inobservância dos liames indicados na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social, quando da assinatura do Contrato nº 2015/004, constitui infração pela qual entendemos deva ser a referida justificante sancionada na forma do art. 57, incisos II e III da Lei Complementar nº 01/1994.

42. Quanto às diligências dispostas no item III à Financeira BRB, somos por considerar cumpridas as alíneas “a” e “c” e descumprida a alínea “b”, tendo em vista a não adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei em relação ao Contrato nº 2015/004.

43. Dessa forma, sugerimos a reformulação do item III.b da Decisão nº 412/2016, para que a BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., no prazo de 30 dias, adote as providências necessárias à anulação do Contrato nº 2015/004, celebrado com o escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal.

Ante o exposto, o corpo instrutivo sugeriu<sup>8</sup> ao Tribunal:

I. tome conhecimento:

- a) das razões de justificativa de peça 60;
- b) do Ofício BRB-CFI – 2016/116 (peça 62) e de seu anexo (peça 63);
- c) dos Ofícios BRB-CFI – 2016/140 e 175 (peças 68 e 73);

II. considere:

- a) no mérito, parcialmente procedentes as justificativas apresentadas pela Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, aplicando as sanções na forma do art. 57, incisos II e III da Lei Complementar nº 01/1994;
- b) cumpridas as diligências dispostas nos itens III.a e III.c da Decisão nº 412/2016;
- c) descumprida a diligência disposta no item III.b da citada Decisão;

III. reformule o item III.b da Decisão nº 412/2016, no sentido de

<sup>7</sup> DECISÃO N.º 2.647/2016:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do OFÍCIO VIFIP/DIRCO/SUCIC - 2015/005, fl. 139, e dos documentos que o acompanham - PARECER JURÍDICO PRESI/COJUR N.º 2015/035, fls. 140/147, e anexos de fls. 148/437 -, **considerando atendida a determinação contida no item V da Decisão n.º 5979/2014;**” (grifo nosso)





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

*determinar à BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., com fundamento no art. 45 c/c o art. 1º, inciso X, da Lei Complementar nº 01/1994, que adote as providências necessárias à anulação do Contrato nº 2015/004, celebrado com o escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, em face de inobservância aos liames indicados na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social, e informe à Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas;*

*d) autorize:*

- a) a ciência da decisão que vier a ser proferida aos interessados nos autos;*
- b) o envio de cópia desta instrução à jurisdicionada;*
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.*

As sugestões formuladas mereceram a concordância do Diretor da 1ª Divisão de Acompanhamento e do Secretário de Acompanhamento/TCDF (peças eletrônicas 74 e 75 respectivamente).

#### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, por meio do Parecer n.º 363/2017–ML (e-DOC 573E23FA-e), depois de sintetizar a matéria, manifestou-se em harmonia parcial com a unidade instrutiva, com ajuste e acréscimos, assim:

*28. **Ab initio**, destaco que o **MPC/DF**, com pequeno acréscimo que será feito no bojo deste opinativo, possui entendimento **convergente** com as proposições contidas na Informação nº 38/2017 – 1ª DIACOMP/SEACOMP (e-DOC FE5D7DD7-e).*

*29. No sentir desse Órgão Ministerial de Contas, são acertadas as conclusões da Área Técnica no que toca aos Contratos nºs 2015/002 e 2015/003.*

*30. Deveras, **não houve imputação de responsabilidade aos Srs. André Luiz de Mello Perezino e Ciro Pitangueira de Avelino** - seja no âmbito do procedimento conduzido pelo Banco Central, com deliberação em última instância pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRFSN, seja no âmbito dos procedimentos internos conduzidos pelo BRB/CFI (auditoria, sindicância administrativa e tomada de contas especial).*

*31. Logo, este **MPC/DF** entende que se reputam **regulares** os **Contratos nºs 2015/002 e 2015/003**, sem prejuízo de aplicação do § 4º do art. 38 do Estatuto Social do BRB/CFI, em caso de sobrevir condenação desses agentes<sup>9</sup>. Consequentemente, considera **procedentes** as justificativas apresentadas pela Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz em relação aos dois ajustes.*

*32. Noutro giro, percebo que a mesma argumentação **não se mostra válida** para o caso do Sr. **Laércio Barros Júnior**. Explico.*

<sup>9</sup> “§ 4º - Os agentes que forem condenados, com sentenças transitadas em julgado, **poderão ser chamados a ressarcir a BRB - CFI** os valores efetivamente desembolsados, **desde que o BANCO BRB comprove a manifesta má-fé dos agentes na realização e na execução do ato impugnado.**”



33. Não obstante o ex-diretor não tenha sido citado nos procedimentos internos do BRB/CFI (auditoria, sindicância administrativa e tomada de contas especial), **não se pode desprezar o fato de ter sido responsabilizado no bojo do procedimento apuratório conduzido pelo BACEN.**

34. Nesse ponto, importa lembrar que o Banco Central desempenha o papel de **supervisor do Sistema Financeiro Nacional**, competindo-lhe “exercer a **fiscalização das instituições financeiras** e aplicar as penalidades previstas”<sup>10</sup>. Portanto, devido ao peso da instituição, **não se pode desconsiderar as conclusões do BACEN** na aferição de culpabilidade do **Sr. Laércio Barros Júnior**, como pretende a justificante.

35. Essa tese encontra reforço na fundamentação da Decisão nº 1.705/2012 – DIORF, na qual o BACEN detalha as **diversas irregularidades** cometidas pelos ex-diretores do BRB/CFI, dentre eles o **Sr. Laércio Barros Júnior**, conforme a seguir (e-DOC 1A747062-c, págs. 700/705):

**“1.1 Irregularidade ‘a’: deferir e conduzir operações de crédito em desacordo com os princípios da seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos, o que caracteriza infração grave na condução dos interesses da instituição financeira.**

1.1.1 Capitulação:

- art. 44 (§4º para as pessoas físicas) da Lei nº 4.595, de 1964;
- alínea ‘a’ do inciso IX da Resolução nº 1.559, de 22 de dezembro de 1998, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 3.258, de 28 de janeiro de 2005.

(...) A inobservância aos referidos princípios ficou caracterizada em face das seguintes ocorrências, relacionadas no Quadro I:

- i. Concessão de crédito sem análise cadastral completa dos tomadores, que envolvesse aspectos econômicos, financeiros, contábeis e administrativos das pessoas jurídicas e renda e patrimônio das pessoas físicas;
- ii. concessão de crédito sem análise de capacidade de geração de caixa do tomador ou clientes que não possuíam renda suficiente para arcar com as obrigações assumidas;
- iii. liberação de recursos em montante superior ao autorizado;
- iv. renovação de empréstimo com incorporação de juros e encargos de transação anterior sem exigência ou avaliação cadastral do tomador;
- v. financiamento de 100% de veículos com principal garantia insuficiente (próprios veículos), dada a natural perda de valor com o uso (depreciação); ausência de consulta às informações cadastrais e patrimoniais dos avalistas e de avaliação da capacidade financeira dos coobrigados.

(...)

**1.2 Irregularidade ‘b’: infringir os normativos internos na concessão de operações de crédito que se revelaram lesivas aos interesses da instituição financeira, comprometendo a efetividade dos controles internos, o que caracteriza infração grave.**

1.2.1 Capitulação:

- art. 44 (§4º para as pessoas físicas) da Lei nº 4.595, de 1964;
- arts. 1º e 3º da Resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998.

(...) de 7.7.2008 a 29.3.2010 foram **deferidas e renegociadas operações de crédito de valores elevados**, relacionadas no Quadro 2,

<sup>10</sup> Art. 10, inciso IX, Lei nº 4.595/1964.



**sem observar os limites, as regras e os procedimentos constantes nos normativos internos da BRB CFI, descritos a seguir:**

- i. Concessão de crédito sem a devida autorização da alçada competente;
- ii. liberação de recursos em montante superior ao autorizado;
- iii. concessão de crédito sem a observância dos limites máximos estabelecidos para as linhas utilizadas, para tomadores que não faziam parte do público-alvo dessas linhas;
- iv. renegociação de contratos concedendo prazo de pagamentos superior ao definido em manual que normatizava tais operações;
- v. renovação de crédito sem a exigência dos pagamentos mínimos requeridos (amortização, tributos ou tarifas) pelos normativos internos para a celebração dos contratos de renegociação.

(...)

**1.3 Irregularidade 'c': deixar de constituir provisão para créditos de difícil liquidação, em volumes suficientes para fazer face as perdas prováveis, em função de deficiência na classificação de risco das operações, o que resultou na elaboração, publicação e remessa ao Banco Central do Brasil de demonstrações financeiras que não refletiam a real situação econômico-financeira da BRB CFI, caracterizando infração grave.**

**1.3.1 Capitulção:**

- art. 44 (§4º para as pessoas físicas) da Lei nº 4.595, de 1964;
- arts. 2º, 4, inciso II, 6º e 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999;
- Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987 – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) 1-1-2-3, 1-1-2-5 e 1-1-2-7.”

36. Após analisar as defesas apresentadas pelos Srs. André Luiz de Mello Perezino, Cristiane Maria Lima Bukowitz, José Ernesto Duarte de Almeida, **Laércio Barros Júnior**, Marcelo França do Amaral Soares e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior, o BACEN concluiu o que segue (e-DOC 1A747062-c, págs. 718/856):

“17. O fato de o BRB ser o controlador da financeira e de os contratos terem finalidade de atender a programa de governo – alegado pela BRB CFI e pelos Srs. José Ernesto Duarte de Almeida, **Laércio Barros Júnior** e Marcelo França do Amaral Soares – ou da BRB CFI ter passado por um período de mudanças internas – informado pelo Sr. Marcelo França do Amaral Soares – **não exime os intimados de responsabilização, pois a instituição financeira deve conceder crédito de acordo com a legislação aplicável, independentemente dessas peculiaridades**, de forma a resguardar seu patrimônio e garantir o retorno dos recursos concedidos.

(...)

20. (...) Ademais, comprovou-se que a análise de crédito das operações indicadas no Quadro 1 não foi adequada, visto que **não considerou o fluxo de caixa com todas as suas variáveis e se fundamentou em valores superestimados**, o que **invalida também a argumentação** dos Srs. **Laércio Barros Júnior** e José Ernesto Duarte de Almeida de que a análise das operações se baseou nas perspectivas desse fluxo.

(...)

24. (...) Sobre a alegação do Sr. **Laércio Barros Júnior** acerca da cessão fiduciária dos direitos creditórios relativos a vales-transportes e bilhetagem eletrônica, registre-se que **pela volatilidade de seu valor não é possível defini-las como principal garantia dos contratos**.

25. Não obstante seja permitida a renegociação com incorporação de juros e encargos, como defende o Sr. **Laércio Barros Júnior**, esse tipo



**de operação não deve ser realizado em quaisquer condições, desrespeitando os princípios da boa técnica bancária. A necessidade de recuperar créditos vencidos não dispensa a análise adequada em cada renegociação de crédito, a fim de resguardar futura ação de execução, em caso de inadimplência do devedor.** Desse modo, **apesar de a concessão do crédito original e a renegociação ocorrerem em momentos distintos, a essência da observância dos princípios tem a mesma finalidade:** conhecer seu cliente e gerenciar os riscos do contrato.

26. Ademais, não estão em análise as condições das operações de renegociação – como tentam discutir a BRB CFI e o Sr. Laércio Barros Júnior – mas a forma como se deu o processo, no que se refere à análise de crédito dos tomadores. Também a renegociação não deve ser encarada como a única opção do administrador em caso de inadimplência, mas como o **momento de tentar resguardar o crédito com maiores garantias. Se essa era a escolha mais viável,** como defende a BRB CFI e o Sr. **Laércio Barros Júnior, que não fosse realizada em desacordo com a legislação.**

27. **Os fatos de as renegociações terem permitido ou não a recuperação dos créditos** – como alegam a BRB CFI e os Srs. André Luiz de Mello Perezino, Cristiane Maria Lima Bukowistz, José Ernesto Duarte de Almeida e Laércio Barros Júnior – **ou de os devedores estarem adimplentes** – argumento dos Srs. José Ernesto Duarte de Almeida e Laércio Barros Júnior - **são indiferentes para a configuração do ilícito, haja vista que a irregularidade é qualificada como de mera conduta, cuja caracterização independe do resultado.**

28. As medidas tomadas após a concessão das operações e as ações junto ao GDF – apontadas pela BRB CFI e pelos Srs. André Luiz de Mello Perezino, Cristiane Maria Lima Bukowistz e **Laércio Barros Júnior** -, a falta de fiscalização e a não adoção de atos de cobrança pelos dirigentes posteriores – alegadas pelo Sr. José Ernesto Duarte de Almeida – **não os eximem de responsabilização, vez que não se comprovou que as condutas adotadas pelos intimados em sua gestão, no que se refere à condução das operações, tenham se concretizado em práticas efetivas para a cobrança e recuperação dos créditos concedidos.**

(...)

30. As diversas tentativas da BRB CFI e dos Srs. José Ernesto Duarte de Almeida, **Laércio Barros Júnior** e Marcelo França do Amaral Soares de atribuir ônus ao BRB, seu presidente e diretor financeiro, ao GDF e à Assembleia de Acionistas da BRB CFI **não isentam de responsabilidade os intimados, pois era de sua competência a autorização de operações ativas de valores elevados**, conforme art. 19, inciso XX, dos Estatutos Sociais da BRB CFI (fls. 318-335).

(...)

40. Não é possível acatar a alegação dos Srs. José Ernesto Duarte de Almeida e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior de que os normativos da BRB CFI não eram válidos à época das operações, haja vista que a constituição de grupo de trabalho para revisão dos sistema normativo do conglomerado BRB se deu em 14.6.2011, após a prática das irregularidades e a ciência dos intimados sobre a instauração deste processo (fls. 2.915, 2.955, 2.985, 3.000, 3.027, 4.200 e 4.532). Dessa forma, **não há também como acatar a alegação da BRB CFI e dos Srs. José Ernesto Duarte de Almeida e **Laércio Barros Júnior** de que as renegociações de deram de forma regular por estarem amparadas em manuais e normativos do BRB, vez que deveriam ter sido feitas conforme normas da BRB CFI.**

(...)





42. Da análise dos itens 39.1 a 39.5, constata-se a improcedência dos argumentos da BRB CFI e dos Srs. José Ernesto Duarte de Almeida, Laércio Barros Júnior e Marcelo França do Amaral Soares de que as operações foram deliberadas pelas instâncias competentes, pois nas operações nas quais foram indicadas irregularidades na autorização da alçada, ou não ocorreu reunião da Diretoria ou apenas um diretor se fez presente. Ademais, a questão de as decisões estarem amparadas por pareceres não supre as deficiências verificadas.

(...)

49. Os argumentos do BRB CFI e dos Srs. André Luiz de Mello Perezino, Cristiane Maria Lima Bukowistz, José Ernesto Duarte de Almeida, **Laércio Barros Júnior** e Marcelo França do Amaral Soares de que a financeira não tem ingerência sobre a metodologia empregada pelo BRB e de que houve mudança na técnica de cálculo adotada **não interferem na análise da irregularidade**, tendo em vista que **não está se discutindo a metodologia que o BRB utilizava ou sua validade, mas a adoção parcial desse modelo pela BRB CFI e suas repercussões no cálculo das provisões.**

50. Ademais, a BRB CFI e os Srs. André Luiz de Mello Perezino, Cristiane Maria Lima Bukowistz, José Ernesto Duarte de Almeida e Laércio Barros Júnior não trouxeram provas de que o sistema de crédito da BRB CFI considera as informações de todas as bases cadastrais do BRB e que tal procedimento conseguiu anular o efeito de não seguir a Política Geral de Crédito e de não usar a totalidade de ferramentas de gestão creditícia do BRB sobre o provisionamento da financeira.

50. **No que toca à reavaliação das garantias, o argumento não lhes favorece, pois se a atualização ocorre anualmente, tal procedimento deveria ter se dado pelo menos uma vez antes dessas provisões, já que as garantias foram apresentadas quando das operações originais.** Todavia, como visto da análise, **tal procedimento não ocorreu.**

(...)

53. Acerca das alegações da BRB CFI e dos Srs. André Luiz de Mello Perezino, Cristiane Maria Lima Bukowistz, José Ernesto Duarte de Almeida, Laércio Barros Júnior e Marcelo França do Amaral Soares sobre o cumprimento da Resolução nº 2.682, de 1999, em relação às operações da Coopatram e da Cootransp, consigne-se que a ressalva feita no art. 3º dessa resolução serve apenas para justificar classificações de risco diversas da recebida pela operação de maior risco de um mesmo cliente ou grupo econômico, **sendo insuficiente para justificar a completa discrepância verificada entre a classificação adotada pela financeira e a que seria adequada nos termos da mencionada resolução.**

54. Apesar de ser procedente a afirmação de que essa resolução não prevê a mesma classificação para operações próprias e operações nas quais se é avalista, ela **não é o bastante para descaracterizar as classificações inadequadas realizadas pela BRB CFI.**

55. **As conclusões da auditoria independente** (fls. 3.507-3.511), argumentadas pela BRB CFI e pelos Srs. José Ernesto Duarte de Almeida e Laércio Barros Júnior, **não implicam a legalidade e a regularidade das operações, tampouco vinculam esta autarquia.**

56. A classificação inadequada gerou insuficiência de Provisão de Créditos de Difícil Liquidação para fazer frente às perdas prováveis na realização dessas operações nos montantes de R\$ 6.011.387,89 (33,03% do PL), em junho de 2010, e R\$ 8.839.040,51 (48,62% do PL), em setembro de 2010, **o que resultou na elaboração, publicação e envio de demonstrações financeiras que não refletiam a situação**



**econômico-financeira da BRB CFI nesses períodos** (fls. 2.787, 2.788, 2.791, 2.792, 2.793 e 2794) (Cosif 22-3-1, 22-3-2 e 22-3-3)

(...)

**58.5 O Sr. Laércio Barros Júnior, diretor-presidente de 1º.7.2009 a 3.9.2010** (fl. 2.715), **aprovou as operações de renegociação da Cootransp, da Coopertran, da Alternativa, dos 107 cooperados da Coopatram (original e de renegociação) e da Coopatram** (fls. 683, 783, 794-795, 1.055, 1,185, 2,582 e 2.648-2.649).

(...)

**58.8 Verifica-se que as operações supramencionadas feriram a boa técnica bancária e os normativos internos**, assim, os Srs. José Ernesto Duarte de Almeida, **Laércio Barros Júnior**, Marcelo França do Amaral Júnior e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior **respondem pela irregularidades “a” e “b”**.

**58.9 Em relação à irregularidade “c”, os Estatutos Sociais incumbiam à Diretoria, além dessas competências, elaborar, com base na escrituração mercantil da sociedade, as demonstrações contábeis, que deveriam exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia** (art. 33, caput).

**58.10 O Sr. Laércio Barros Júnior – diretor-presidente de 1º.7.2009 a 3.9.2010 -, embora tivesse as atribuições legais e estatutárias acima mencionadas, não determinou que fossem constituídas Provisões para Créditos de Dificil Liquidação em valores suficientes frente às perdas prováveis.**

(...)

**58.12 As Diretorias compostas por esses senhores elaboraram, publicaram e enviaram a esta Autarquia demonstrações financeiras que não refletiam a situação econômico-financeira da BRB CFI.**

**58.13 Portanto, os Srs. Laércio Barros Júnior, José Ernesto Duarte de Almeida e André Luiz de Mello Perezino respondem pela irregularidade “c”.**

(...)

**60. Desse modo, estando os autos em boa ordem e caracterizadas as irregularidades consistentes no deferimento e na condução de operações de crédito em desacordo com os princípios da seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos (irregularidade “a”), na infringência aos normativos internos na concessão de operações de crédito (irregularidade “b”) e na não constituição de provisão para créditos de difícil liquidação em volumes suficientes para fazer face às perdas prováveis (irregularidade “c”) e considerando o grau de participação e a responsabilidade de cada um dos intimados, bem como a gravidade das infrações apontadas, DECIDO:**

**- Aplicar a pena de INABILITAÇÃO para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com fundamento no art. 44, §4º, da Lei nº 4.595, de 1964, pelos seguintes prazos:**

**- 11 (onze) anos ao Sr. José Ernesto Duarte de Almeida pelas irregularidades “a”, “b” e “c”;**

**- 10 (dez) anos ao Sr. Marcelo França do Amaral Soares pelas irregularidades “a” e “b”;**

**- 8 (oito) anos ao Sr. Laércio Barros Júnios pelas irregularidades “a”, “b” e “c”;**

**- 3 (três) anos ao Sr. Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior pelas irregularidades “a” e “b”;**

**- 1 (um) ano ao Sr. André Luiz de Mello Perezino pela irregularidade “c”.**

(...)

**- ARQUIVAR o processo administrativo para a Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, tendo em vista as razões constantes do item 58.14, recorrendo**



de ofício ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. (...)”  
(Grifos acrescentados)

37. Posteriormente, após interposição de recursos pelos interessados, o **Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN** reformou a decisão do BACEN, do sentido de dar **provimento integral** ao apelo do Sr. André Luiz de Mello Perezino, **convolvando em arquivamento**, e **provimento parcial** ao apelo dos Srs. José Ernesto Duarte de Almeida, **Laércio Barros Júnior**, Marcelo França do Amaral Soares e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior, no sentido de **converter em multa pecuniária individual** a penalidade de inabilitação temporária aplicada pelo BACEN, mediante os **seguintes fundamentos** (e-DOC 1A747062-c, págs. 743/777):

“7. Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (10/11/2014)

Em 10/11/2014, a PGFN lavrou novo parecer retificando o emitido em 17/01/2014, entendendo que a decisão recorrida merece reforma pelo menos em dois aspectos:

[...] primeiramente, vislumbra-se a **inadequação da condenação de André Luiz de Mello Perezino**, acusado por provisionamento insuficiente e remessa de demonstrações financeiras inidôneas em virtude de equivocada classificação de risco das operações. E em segundo lugar, haveria **necessidade de ajuste na dosimetria**, a fim de **amenizar as sanções impostas aos acusados pelas irregularidades “a” e “b”**. Explica-se, posto que sumariamente.

13. No que se refere à propugnada absolvição de André Luiz de Melo Perezino, essa conclusão se ergueria sobre as seguintes peculiaridades do caso ora examinado: (i) sua investidura na diretoria da instituição ocorreu após a celebração de todas as operações analisadas nestes autos; (ii) essa função teve início cerca de dois meses antes do encerramento de período de apuração, o qual se prolongou por mais de dois anos; (iii) embora o BC, ao descrever as ocorrências relacionadas à irregularidade “c”, houvesse mencionado a insuficiência de provisão em junho de 2010 e em setembro de 2010 (f. 4.885, verso, e f. 4.886, v. 31), o próprio BC também admitiu que a responsabilidade de André Luiz de Mello Perezino pela área contábil da instituição financeira teve início em 22/7/2010, ou seja, após a insuficiência de provisão em junho de 2010, e se extinguiu em 17/09/2010, ou seja, antes do final do terceiro trimestre, i.e., antes da insuficiência de provisão em setembro de 2010 (f. 4.893, verso, v. 31, e f. 5.117, v. 33); e (iv) a condição jurídica de André Luiz de Mello Perezino, cuja responsabilidade pela área contábil se estendeu por intervalo efêmero – pouco mais de cinquenta dias, assemelha-se muito à situação de Cristiane Maria Lima Bukowitz, que logrou absolvição pelo BC exatamente ao argumento de que “tomou posse poucos dias antes do provisionamento insuficiente realizado em setembro de 2010” (f. 4.905, v. 31)

[...]

15. Relativamente à mencionada necessidade de ajuste dosimétrico das sanções impostas aos acusados pelas irregularidades “a” e “b”, acredita-se, na esteira de alegações enfatizadas em audiência, que alguns aspectos contextuais merecem atenção especial do Conselho, notadamente no que se refere a parte das ocorrências abrangidas por ambas essas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

irregularidades, i.e., as **infrações concernentes às renegociações.**

[...] (i) na esteira de alegações recursais, considera-se que não seria mesmo implausível vislumbrar impacto nada desprezível para o transporte público no Distrito Federal caso se houvesse adotado alternativa diversa à renegociação; (ii) a opção pelo encerramento definitivo dos vínculos obrigacionais, garantidos por alienação fiduciária dos veículos, implicaria a execução dessa garantia, cujo proveito econômico, além de insuficiente, em virtude da natural depreciação do bem, também teria por consequência extinguir outra importante garantia das dívidas, qual seja, a cessão fiduciária dos direitos creditórios relativos à bilhetagem, dificultando ainda mais a recuperação do crédito cedido; e (iii) considerados o patrimônio líquido do BRB-CFI e o valor expressivo das dívidas, optar por não celebrar os refinanciamentos poderia ter comprometido a própria sobrevivência da Financeira.

18. Sendo assim, **embora se esteja de acordo com o BC**, ao ponderar que **“a ‘renegociação não deve ser encarada como a única opção do administrador em caso de inadimplência, mas como o momento de tentar resguardar o crédito com maiores garantias [se] essa era a escolha mais viável (...), que não fosse realizada em desacordo com a legislação”** (f. 4.898, verso, e f. 4.899, v. 31), entende-se que **os mencionados elementos contextuais, conquanto não descaracterizem as ocorrências abrangidas pelas irregularidades “a” e “b”, tampouco devem ser desconsiderados pelo Colegiado**, a fim de que se possa bem exercer o juízo de culpabilidade sobre os acusados.’

VOTO

Adoto, como razões de decidir, a íntegra do parecer complementar da douta Procuradoria da Fazenda Nacional de fls. 5.666 a 5.668.

Gostaria de destacar uma questão macro antecedente às peculiaridades do caso ou aos “detalhes operacionais” mencionados pela PGFN às fls. 5.666 a 5.668. É que se está diante de mais uma utilização de banco estatal para resolver um problema de política pública. A Recorrente, subsidiária integral do BRB, um banco público, foi instada a conceder crédito a fim de que o caótico uso de vans como transporte público em Brasília fosse organizado num sistema de cooperativas. O ideal numa democracia é que recursos para fins de interesse público saiam de rubricas orçamentárias específicas a fim de haver completa transparência das contas públicas. A utilização de bancos estaduais para fins dessa natureza foi uma das causas da criação, em 1996, do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES. Mas, como sabemos, o programa não conseguiu extinguir todos os bancos estaduais.

(...)

**O Bacen considera que as infrações são de mera conduta. Mas, ao menos para a dosimetria da pena, não se pode deixar de levar em conta que os problemas causados pelas operações foram de certa forma superados e a instituição se encontra in bonis.**

Também entendo que a pena maior deve ser para quem participou do início das operações, em 7.7.2008. **Os que participaram posteriormente das renegociações devem ter pena mais branda porque, como enfatizado pela PGFN a fls. 5.668, “optar por não celebrar os refinanciamentos poderia ter comprometido a própria sobrevivência da Financeira.”** (Grifos acrescidos)

38. Nos termos da parte final do art. 38 do Estatuto Social do BRB/CFI, a possibilidade de deferimento de defesa aos





administradores, por advogados do BRB ou profissionais do mercado, pressupõe, **necessariamente**, “que o ato impugnado tenha sido realizado **com observância das normas internas ou regulamentares** e fundamentado em parecer jurídico”.

39. Em sua defesa, a justificante reforça que o Sr. Laércio Barros Júnior estaria isento de culpa por não ter participado da concessão inicial de créditos para as cooperativas e cooperados. Em verdade não o fez, mas, conforme entendimento do Banco Central, isso **não obsta o fato de ter efetuado as operações de renegociação em desacordo com as normas internas e regulamentares aplicáveis, pondo em risco a instituição financeira**.

40. Acerca disso, o Banco Central enfatizou que “não há como acatar a alegação (...) de que as **renegociações** se deram de forma regular por estarem amparadas em manuais e normativos do BRB, vez que **deveriam ter sido feitas conforme normas da BRB CFI**”. Pontuou, ainda, que, se a renegociação era a escolha mais viável naquele momento, então **“que não fosse realizada em desacordo com a legislação”**, pois **“a necessidade de recuperar créditos vencidos não dispensa a análise adequada em cada renegociação de crédito, a fim de resguardar futura ação de execução, em caso de inadimplência do devedor”**.

41. Portanto, é certo que o Sr. Laércio Barros Júnior, embora não tenha participado da concessão inicial de créditos, **não se presume inocente** para fins de aplicação do art. 38 do Estatuto Social da BRB/CFI, conforme alega a justificante.

42. Nesse ponto, cabe tecer um breve histórico acerca da apuração das irregularidades no âmbito do BRB/CFI. (1) O antigo Departamento de Auditoria do BRB realizou trabalho especial na carteira de crédito das operações do BRB/CFI. Esse trabalho foi concluído em 30/4/2010, com a **identificação do descumprimento de normas internas**. Com isso, os auditores recomendaram que a instituição procedesse à apuração de responsabilidades dos administradores que deram causa às falhas apontadas. (2) Foi instaurada sindicância interna, com intuito de **“identificar os responsáveis que deveriam responder ao processo de tomada de contas especial”**<sup>11</sup>, lembrando que a **TCE pressupõe a constatação de um prejuízo**. Ao final dos trabalhos, a Comissão de Sindicância concluiu pela responsabilização dos Srs. Sérgio Faria da Fonseca, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral Soares por **dano** aos cofres da Instituição Financeira. (3) Em razão disso, foi instaurada tomada de contas especial contra os referidos ex-diretores, a fim de reaver o prejuízo constatado.

43. A responsabilização do Sr. **Laércio Barros Júnior**, no âmbito do processo conduzido pelo Banco Central, fundamenta-se em **irregularidade de mera conduta**, isto é, **independe da ocorrência ou não de prejuízo financeiro à instituição**. Assim, nota-se que a análise no âmbito do BRB/CFI se restringiu à **apuração de prejuízos** e identificação dos **responsáveis pelo dano**. Essa distinção entre “apuração de prejuízo” e “condenação por irregularidade de mera conduta” explica o fato de o ex-diretor ter sido, por um lado,

<sup>11</sup> e-DOC 1A747062-c (pág. 24).



responsabilizado pelo BACEN e, por outro, nem sequer citado nas apurações internas.

44.O Banco Central frisa que **“as conclusões da auditoria independente (...) não implicam a legalidade e a regularidade das operações, tampouco vinculam esta autarquia”**. Assim, do resultado das apurações internas, pode-se inferir unicamente que o **Sr. Laércio Barros Júnior** não gerou prejuízos financeiros diretos à Instituição.

45.No sentir desta Quarta Procuradoria, se as **renegociações** foram procedidas **em desconformidade com as normas internas**, conforme entendeu o BACEN, então os ex-diretores sancionados, dentre eles o **Sr. Laércio Barros Júnior**, **não fazem jus à prerrogativa do art. 38 do Estatuto Social da jurisdicionada**.

46.Como bem pontuou a Unidade Técnica, à época da celebração do Contrato nº 2015/004, a responsabilização do Sr. Laércio Barros Júnior no bojo do procedimento instalado pelo BACEN **era de conhecimento tanto da Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, signatária do ajuste, quanto do BRB/CFI**. Portanto, esse **MPC/DF** entende ser **inconsistente** a alegação de que o ajuste se deu com base na presunção de inocência do ex-diretor.

47.Ao final das razões de justificativa, a Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz alega ter agido de boa-fé nos processos de contratação dos serviços advocatícios para a defesa dos ex-dirigentes do BRB/CFI, posto que embasada em pareceres administrativos e jurídicos. A esse respeito, vale transcrever trecho do parecer elaborado pela Consultoria Jurídica do BRB - COJUR<sup>12</sup>, sobre o requerimento do ex-diretor Laércio Barros Júnior para contratação de escritório especializado na área criminal para sua defesa em processo judicial (e-DOC C0B522E1-e, págs. 668/672):

**“5. Salienta-se que o presente parecer jurídico se respalda, exclusivamente, na documentação que consta, até a presente data, nestes autos. Registra-se também que a análise jurídica, ora solicitada, restringe-se apenas aos aspectos legais deste expediente, sem se imiscuir no mérito do ato administrativo (aspectos técnicos e econômicos).**

**(...)**

**16. Quanto ao aspecto pessoal, há que se aferir se o demandante está contemplado no rol constante do art. 38 do estatuto social. Assim, para atendimento da primeira condição, deve-se providenciar a demonstração documental da atuação do requerente como ex-administrador ou ex-diretor da BRB/CFI.**

**17. Ocorre que, além desse requisito, há que se averiguar se o segundo requisito está sendo satisfeito: “que o ato impugnado tenha sido realizado com observância das normas internas ou regulamentares e fundamentado em parecer jurídico”.**

**18. Quando ao segundo requisito, deve-se verificar se o demandante pautou suas condutas dentro dos limites da juridicidade, observando-se as normas internas ou regulamentares e fundamentado em parecer jurídico.**

**19. Destaca-se que, em se tratando de atos administrativo, exige-se a emissão de parecer jurídico, em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Em sendo ato negocial, se dispensada manifestação**

<sup>12</sup> Parecer Jurídico PRESI/COJUR-2015/422.



**jurídica, devendo-se, porém, evidenciar a regularidade que os atos praticados.**

(...)

24. Portanto, é possível concluir que tem amparo estatutário o requerimento constante do expediente analisado, posto que está contemplado o requisito pessoal previsto no art. 38, caput, do estatuto social da BRB/CFI para que seja feita a defesa em processo judicial instaurado contra o requerente.

25. Reitera-se, a contratação de profissional especializado, caso seja autorizada, deverá ser feita nos termos constantes do estatuto social e da Lei de Licitações e Contratos.

26. É o parecer que submeto à consideração superior.” (Grifos acrescidos)

48. Da leitura do parecer, observo que a Consultoria Jurídica **não foi conclusiva** quanto ao atendimento do segundo requisito do art. 38 do Estatuto Social da jurisdição. O parecer da COJUR não dá por atendidas as exigências estatutárias, mas **tão somente afirma haver amparo jurídico, acaso os requisitos mostrem-se cumpridos.**

49. Não obstante, **pela simples leitura da análise procedida pelo BACEN**, é possível afirmar que o Sr. **Laércio Barros Júnior**, assim como outros responsáveis, atuou em **desacordo com as normas internas e outras que regem o sistema financeiro e creditício.**

50. Cabe destacar que a decisão final que condenou o Sr. **Laércio Barros Júnior** ao pagamento de multa individual, tendo em vista o cometimento de irregularidade de mera conduta, data de **9/12/2014**, enquanto que o Contrato nº 2015/004 foi firmado em **11/06/2015**, conforme DODF nº 114/2015. Portanto, Sra. **Cristiane Maria Lima Bukowitz estava ciente do descumprimento dos normativos internos e regulamentares pelo ex-diretor**, à época da contratação do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, **observado que ela, inclusive, foi parte nos procedimentos desencadeados pelo BACEN.** A vista disso, entendo que competia à justificante decidir pela inviabilidade da celebração do Contrato nº 2015/004.

51. Nesse sentido, ao abrigo do exame das justificativas apresentadas pela Sra. **Cristiane Maria Lima Bukowitz**, atual Diretora da DIPES<sup>13</sup>, este **MPC/DF concorda** com o entendimento emanado da percuente Unidade Técnica, no sentido de que os argumentos apresentados, nesta ocasião, foram **suficientes** para comprovar a regularidade dos **Contratos nºs 2015/002 e 2015/003**, porém **insuficientes** para afastar sua responsabilidade no que toca à celebração irregular do **Contrato nº 2015/004**, mormente no que se refere à inobservância da parte final do art. 38, caput, do Estatuto Social do BRB/CFI, apontado no item II da r. Decisão nº 412/2016. Portanto, entendo pela **procedência parcial** das justificativas apresentadas.

52. Assim, o **MPC/DF**, em harmonia com o Corpo Técnico, entende que compete ao e. **TCDF** responsabilizar a referida gestora pela contratação irregular, aplicando-lhe as **sanções cabíveis**, na forma do art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar nº 1/1994.

53. Nesse ponto, entendo relevante destacar que o reconhecimento da nulidade do contrato opera efeitos **ex tunc**, retroagindo, portanto,

<sup>13</sup> Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração da BRB/CFI.



à ocorrência do seu fato gerador. Assim, não se mostraria possível a contratação do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, via inexigibilidade de licitação, sendo, em princípio, maculados os pagamentos realizados.

54. Lado outro, insta consignar que nosso ordenamento jurídico veda o enriquecimento sem causa, a teor do que dispõe o art. 884 do Código Civil, de modo que, prestado o serviço, deverá haver a necessária contrapartida. A propósito, eis os termos do citado dispositivo:

“Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.”

55. Desse modo, não se mostra oportuno exigir do escritório de advocacia a devolução de valores percebidos pelos serviços **efetivamente prestados**. Vale lembrar, nesse contexto, o que dispõem os arts. 49, §§ 1º, 2º e § 4º, e 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, os quais, em síntese, asseveram que, **reconhecida a ilegalidade do contrato**, deverá a Administração indenizar o contratado pelos serviços já prestados. Pela relevância, transcrevo os seus exatos termos:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade **não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.**

§ 2º **A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.**

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos **aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.**

Art. 59. **A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.**

Parágrafo único. A nulidade **não exonera** a Administração do dever de indenizar o contratado **pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada** e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.”

56. Sem embargo, entendo pertinente destacar que **não poderia** o BRB-CFI despender recursos próprios com **contratação irregular**, fato este ocorrido, em grande medida, em razão da atuação da Sra. **Cristiane Maria Lima Bukowitz**, o que demanda, portanto, a **conversão destes autos em TCE**, ao abrigo do contido no art. 46 da LC nº 1/1994, **em adendo** às sugestões propostas pelo Corpo Técnico do c. **TCDF**.

57. Desse modo, identificada a **irregularidade na contratação**, tenho que se mostra pertinente a aplicação pelo c. **Plenário** da sanção especificada no **art. 57, II, da LC nº 1/1994** e a conversão dos presentes autos em tomada de contas especial.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

58. Ainda, em comunhão com a Área Técnica, considerando as informações prestadas pelo BRB/CFI, reputo estarem **cumpridas as alíneas a e c** do item III da r. Decisão nº 412/2016, porém **descumprida a alínea b** devido à inércia em adotar medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no que tange ao Contrato nº 2015/004, o qual, por todo o exposto, mostra-se nulo.

59. Vale lembrar que, no âmbito da jurisdicionada, o **procedimento de anulação** do Contrato nº 2015/004 celebrado com o escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, em face de inobservância dos liames indicados na disposição final do caput do art. 38 do Estatuto Social da jurisdicionada, **deve contemplar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, ao abrigo, mutatis mutandis, do disposto no art. 49, §§ 2º, 3º e 4º, da Lei nº 8.666/1993.**

60. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas converge** com a manifestação do zeloso Corpo Técnico, **com o adendo** contido no **parágrafo 56** supra e **com alerta** de que o BRB/CFI deve, antes de proceder à anulação do Contrato nº 2015/004, **oportunizar a manifestação do Sr. Laércio Barros Júnior e do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal**, em atenção ao que dispõe o art. 5º, LV, da CF. (grifos do original)

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

**VOTO**

Cuidam os autos da Representação n.º 12/2015-ML (peça 3) e anexos (peças 4/19), formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, da lavra do ilustre Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, versando acerca de possíveis irregularidades na contratação pela BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.<sup>14</sup> (BRB-CFI ou Financeira BRB), do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal para a prestação de serviços jurídicos, por inexigibilidade de licitação.

Por meio da **Decisão n.º 412/2016**, o Tribunal proferiu abertura de prazo ao BRB-CFI para cumprimento de determinações e determinou a audiência dos signatários dos Contratos n.ºs 002/2015, 003/2015 e 004/2015.

Em consequência do *decisum*, a Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz encaminhou a este Tribunal suas razões de justificativa (peça n.º 60) e o BRB-CFI, por sua vez, se manifestou por intermédio do Ofício n.º 116/2016 (peça n.º 62).

Assim sendo, esta fase processual, trata da verificação do cumprimento da diligência constante do item III da Decisão supracitada, bem como do exame de mérito das razões de justificativas apresentadas.

A unidade instrutiva, por intermédio da Informação n.º 38/2017-1ª Diacom (peça n.º 74), examinou o mérito da Representação n.º 12/2015-ML, em cotejo com a documentação juntada aos autos em atenção à Decisão n.º 412/2016.

Em síntese, o corpo instrutivo sugere parcial procedência, no mérito, das justificativas apresentadas pela senhora Cristiane Maria Lima Bukowitz, aplicando as sanções previstas na forma do art. 57, incisos II e III da LC n.º 01/1994, cumpridas as diligências dispostas nos itens III.a e III.c, não cumprido o item III.b, da Decisão n.º 412/2016.

Por fim, sugere que o item III.b da Decisão n.º 412/2016 seja reformulado no sentido de determinar ao BRB-CFI que adote as providências necessárias à anulação do Contrato n.º 004/2015, celebrado com o escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, em face de inobservância aos liames impostos na disposição final do *caput* do art. 38 do Estatuto Social da jurisdicionada.

Neste momento, o MPjTCDF, mediante o Parecer n.º 363/2017-ML (peça n.º 77), aquiesce às conclusões da unidade instrutiva, porém com o adendo de conversão destes autos em Tomada de Contas Especial e alerta à jurisdicionada no sentido de, antes de proceder à anulação do Contrato n.º 004/2015, oportunizar a manifestação do Sr. Laécio Barros Junior e do escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal.

Feita essa breve contextualização, passo a examinar a matéria.

Inicialmente, destaco trechos da argumentação da Sra. Cristiane Cristiane Maria Lima Bukowitz:

- *Da possível inobservância da parte final do art. 38 do estatuto social da BRB/CFI*

---

<sup>14</sup> Sociedade subsidiária integral do BRB – Banco de Brasília S.A.



a) Os fatos e argumentos apresentados atestam categoricamente a responsabilização dos ex-dirigentes da BRB/CFI Sérgio Faria Lemos da Fonseca Junior, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral, bem como justificam a decisão do BRB de não atendimento ao pleito desses ex-dirigentes;

b) No âmbito do Banco Central do Brasil – Bacen, nos termos do Parecer Desup/GTHO/Cosup-02-2011/0001, de 16.03.2011, foi instaurado processo administrativo envolvendo a BRB/CFI e seus administradores e ex-administradores (Sérgio Faria Lemos da Fonseca Junior, José Ernesto Duarte de Almeida e Marcelo França do Amaral, André Luiz de Mello Perezino, Laécio Barros Júnior e Cristiane Maria Lima Bukowitz), em decorrência de irregularidades (fls. 661/742 – peça 60);

c) Em face das impropriedades descritas no citado parecer, tanto a BRB/CFI quanto seus diretores e ex-diretores foram intimados a apresentar defesa;

d) Por meio da Decisão 1705/2012-DIORF, de 12.11.2012, o Banco Central concluiu pela não responsabilização da justificante, nos seguintes termos (fl. 742 – peça 60):

58.14 Por outro lado, a Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, diretora-presidente de 6.9.2010 a 10.1.2011 (fl. 2.874), tomou posse poucos dias antes do aprovisionamento insuficiente realizado em setembro de 2010, o que não é o bastante para sua responsabilização em relação à irregularidade “c”.

(...)

- ARQUIVAR o processo administrativo para a Sra. Cristiane Maria Lima Bukowitz, tendo em vista as razões constantes do item 58.14, recorrendo de ofício ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

e) Todos os demais administradores e ex-administradores foram apenados por aquela autarquia;

f) Em sede de recurso administrativo, o CRFSN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional decidiu por “c) prover integralmente o apelo trazido por c.1) ANDRÉ LUIZ DE MELLO PEREZINO, convolvando em arquivamento o afastamento do mercado pelo prazo de 1 (um) ano infligido pelo Banco Central; e ainda, d) desprover o recurso de ofício formulado, confirmando-se o arquivamento do processo em relação à recorrida d.1) CRISTIANE MARIA LIMA BUKOWITZ” (fl 777 – peça 60, grifos nossos). Quanto aos demais ex-dirigentes, houve provimento parcial aos recursos, inclusive em relação ao ex-diretor Laécio Barros Junior, que teve sua penalidade convolada em multa pecuniária;

g) O ex-diretor Laécio Barros Junior foi processado no Bacen por participar da renegociação com as cooperativas e com os cooperados;

Ademais, a senhora Cristiane entende que suas ações foram pautadas pela presunção da inocência dos ex-dirigentes. Essa argumentação não merece concordância do corpo instrutivo para o Sr. Laécio Barros Júnior, alegando que o ex-dirigente do BRB não logrou êxito no recurso administrativo interposto junto ao Sistema Financeiro Nacional – CRFSN, uma vez que persistiu a pretensão punitiva convolada em pagamento de multa de valor individual de R\$ 40.000,00.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**


Conclui que essa sanção atesta inequivocadamente, a responsabilização do Sr. Laécio, uma vez que mencionado gestor público não teria pautado sua conduta enquanto dirigente de instituição financeira dentro dos limites da juridicidade.

Assim sendo, ainda segundo a unidade instrutiva, esse fato era de conhecimento, à época, do BRB-CFI ao contratar o escritório Araújo Pinheiro Advocacia Criminal, demonstrando o não atendimento a disposição do *caput* do art. 38 do Estatuto Social da jurisdicionada, motivo pelo qual o Contrato n.º 004/2015 deverá ser considerado ilegal. Por conta de tal fato, o *Parquet* especial opina em essência com o que sugere a unidade instrutiva, com a adendo de propor a conversão destes autos em TCE para apuração do prejuízo decorrente do Contrato n.º 004/2015.

A meu sentir, a análise de mérito das justificativas encaminhadas pela jurisdicionada e pela Sra. Cristiane Cristiane Maria Lima Bukowitz, neste momento, deve ser sobrestada. Explico.

Em consulta realizada pelo meu Gabinete, consta que foram verificadas situações que suscitem dúvidas acerca do estágio da sanção imputada ao Sr. Laécio Barros Junior pela autoridade monetária brasileira.

O jornal Correio Braziliense nas edições impressas dos dias 03.05.2017 e 04.05.2017 fez publicar extrato de Declaração de Propósito, no forma a seguir transcrita:

 BANCO DE BRASÍLIA	<b>DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO</b>	 GOVERNO DE BRASÍLIA
<p>LAECIO BARROS JUNIOR, portador da Carteira de Identidade Profissional Corecon/DF nº 5464 e do CPF/MF: 279.847.531-72; DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no BRB-Banco de Brasília S.A.;</p> <p>ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.</p> <p><b>BANCO CENTRAL DO BRASIL</b> Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF End: Setor Bancário Sul, Quadra 03, Bloco B – 19º andar 70074-900 – Brasília-DF</p>		

Tal publicação causa estranheza a este Relator, pois o Sr. Laécio declara sua intenção de exercer cargo de administração no BRB – Banco de Brasília S.A., dando a entender que para a jurisdicionada o mencionado responsável encontra-se apto a exercer cargos em sua estrutura administrativa, em outras palavras, que sua situação no Sistema Financeiro Nacional é regular.

Ademais, observo que em consulta da situação do referido gestor perante o Banco Central, foi gerada certidão negativa pelo Bacen<sup>15</sup>, acerca de condutas praticadas pelo ex-dirigente em relação às instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, da qual se destaca o seguinte excerto:

<sup>15</sup> Data de emissão: 19/06/2017 16:39; Código de validação: XKxulHkWoXE6





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

***“(...) o Banco Central do Brasil certifica que não consta nos seus registros que LAECIO BARROS JUNIOR, CPF 279.847.531-72, tenha exercido cargo ou função de direção, administração ou representação, em estabelecimento de crédito ou de financiamento que tenha sido submetido a regime de liquidação extrajudicial, nos 12 meses anteriores à respectiva decretação, ou que esteja sendo responsabilizado (a) por atos praticados no citado período.”***

Por outro lado, no Poder Judiciário, em Processo<sup>16</sup> com trâmite na 10ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, o Sr. Laécio Barros Junior requereu sua absolvição sumária, aduzindo, em suma, que os eventuais atos de gestão temerária foram praticados antes de sua posse no cargo de Diretor-Presidente do BRB-CFI. O ilustre Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira, em 14.11.2016, prolatou Decisão com o seguinte teor:

***“As alegações de LAÉRCIO BARROS JUNIOR (fls. 1342/1368), no sentido de que eventuais atos de gestão temerária foram praticados antes de sua posse no cargo de Diretor-Presidente o BRB-CFI não restaram demonstradas nos autos neste exame inaugural judicial da matéria. O fato do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional ter cassado parcialmente a decisão que o condenou administrativamente pelas irregularidades que ensejaram a denúncia do MPF não ilide a acusação feita na exordial acisatória, uma vez que persistiram no próprio âmbito administrativo recursal a existência de irregularidades por ele supostamente praticadas, o que impediu a sua absolvição total naquela instância. (grifos acrescidos)***

Tendo em conta a relevância da matéria, das supervenientes questões reportadas neste voto, bem como do princípio da ampla defesa e dos postulados da busca da verdade real, tenho por prudente que a Corte de Contas antes de adentrar no exame de mérito das justificativas, delibere por oportunizar a manifestação do Sr. Laécio Barros Júnior, no prazo de 30 (trinta) dias para discorrer acerca dos fatos narrados neste feito, bem como do atual estágio de sua situação conquanto gestor de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional junto à autoridade monetária brasileira.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

- I. tome conhecimento:
  - a) das razões de justificativa de peça 60;
  - b) do Ofício BRB-CFI – 2016/116 (peça 62) e de seu anexo (peça 63);
  - c) dos Ofícios BRB-CFI – 2016/140 e 175 (peças 68 e 73);
  - d) da Informação n.º 38/2017 – 1ª Diacom/Seacom (peça 74);
  - e) do Parecer n.º 363/2017 – ML (peça n.º 77)
- II. sobresteje o exame de mérito das razões de justificativa a que alude o item IV da Decisão n.º 412/2016;

<sup>16</sup> Processo n.º 0070229-14.2014.4.01.3400 – 10ª Vara Federal



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

- III. autorize o chamamento em audiência do Sr. Laécio Barros Junior, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente suas razões de justificativa para as impropriedades verificadas na contratação direta do Contrato n.º 2015/04, bem como do atual estágio de sua situação conquanto gestor de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional junto à autoridade monetária brasileira;
- IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento - Seacomp/TCDF, para os devidos fins.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2017.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator